

PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA: PERCEPÇÕES DA ELITE POLÍTICA DO QUÊNIA

CHINESE PRESENCE IN AFRICA: PERCEPTIONS FROM KENYA'S POLITICAL ELITE

Clarice Barbosa Onias¹

RESUMO

O propósito central deste artigo é entender a percepção da elite política do Quênia em relação à China, utilizando ferramentas de análise de sentimento, disponíveis na linguagem R, aplicadas aos discursos dos parlamentares quenianos, tanto da Assembleia Nacional quanto do Senado, entre os anos de 2007 a 2016. Os resultados obtidos convergem com estudos prévios da opinião pública queniana. Na média, predomina sentimento neutro a positivo em relação a China, independente das distinções partidárias, ideológicas ou regionais dos parlamentares. O esforço da diplomacia chinesa em gerar uma imagem positiva do país, associada ao desenvolvimento econômico, é bem sucedida no Quênia.

Palavras-chave: China, África, Quênia, elite política, análise de sentimento.

ABSTRACT

In this article, we sought to understand the perception of Kenya's political elite about China, using sentiment analysis tools available in R language applied to the speeches of Kenyans MPs, both from Senate and National Assembly, from 2007 to 2016. The results obtained converge with previous studies of Kenyan public opinion. On average, a neutral to positive feeling towards China predominates, despite party, ideological or regional distinctions by parliamentarians. Chinese diplomacy's effort to generate a positive image of the country, coupled with economic development, is successful in Kenya.

Keywords: China, Africa, Kenya, political elite, sentiment analysis.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o renascimento da China como potência global transformou a dinâmica da economia mundial e das relações internacionais. Um ponto que suscita muitos debates são as relações contemporâneas entre a China e os países em desenvolvimento, particularmente os do continente africano (Monson; Rupp, 2013; Brautigam, 2009; Strauss, 2013). O peso das trocas comerciais, os investimentos em infraestrutura, serviços e segurança, a instalação de fábricas e compra de terras são aspectos notáveis das relações sino-africanas. Parte fundamental do processo de compreensão da dimensão da influência chinesa no continente consiste em investigar a percepção dos africanos – tanto da sociedade civil quanto das elites políticas – em relação ao gigante asiático. Sendo assim, realizamos um estudo de caso do Quênia e sua elite política e buscamos responder à seguinte

¹ Universidade de São Paulo – USP (claricebarbosa@usp.br).

pergunta: a crescente presença chinesa no país é um tema que gera percepções polarizadas por parte da elite política?

As relações sino-africanas possuem uma longa história, passando por momentos de intensa cooperação e momentos de distanciamento (Alden; Alves, 2008). Atualmente, a estratégia de projeção internacional chinesa e, particularmente, sua política externa na África baseia-se principalmente na cooperação econômica em termos de comércio e investimento, enredada pelo discurso dos benefícios e desenvolvimento mútuos (Brautigam, 2009). O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) é um elemento marcante da dinâmica contemporânea das relações sino-africanas, possibilitando o planejamento a longo prazo e a canalização de demandas. Além disso, o intercâmbio cultural entre as duas regiões tem se intensificado e isso é parte da estratégia chinesa de influenciar positivamente a percepção dos africanos sobre o país. Com isso, o surgimento dessa potência global se dá também na dimensão subjetiva, difundindo ideias e conquistando apoio da opinião pública internacional (Kurlantzick, 2007).

Apesar disso, é possível notar que o crescimento chinês e sua influência global são motivos de polarização da opinião pública e da elite política em muitos países. Se, por um lado, as relações bilaterais com a China podem ser vistas de forma amistosa e como uma oportunidade de desenvolvimento, por outro, o poder chinês pode ser encarado como uma ameaça à soberania nacional, e, se tratando das relações sino-africanas, há a tendência de enxergar o gigante asiático como um “colonizador” em potencial (Fioramonti; Kimunguyi, 2011). Em alguns países essa polarização é fácil de ser percebida, tanto entre os membros da elite política quanto entre a opinião pública. Em outros países, no entanto, a China não é vista como um problema, uma questão que leva à polarização, e todos tendem a perceber as relações com o país de forma neutra a positiva (Hess; Aidoo, 2013).

As pesquisas de opinião pública realizadas em países do continente africano apontam que, no geral, existe uma percepção positiva em relação à China, com exceção de países como a Zâmbia, onde há forte polarização (Sautman; Hairong, 2009). Essas pesquisas, no entanto, se baseiam em amostras pequenas e pouco diversificadas. Por isso, ainda é difícil determinar com precisão as percepções africanas sobre a presença chinesa no continente. Além disso, ainda são poucos os estudos que buscam compreender empiricamente a percepção das elites africanas em relação à China. Os resultados desses estudos, no geral, apontam similaridades entre a opinião pública e a das elites (Fioramonti; Kimunguyi, 2011).

Sendo assim, nos propomos a analisar a percepção da elite política do Quênia, país que tem intensas relações com a China, tanto de comércio como de investimento. Em 2017, a maior parcela de produtos importados pelo país era de origem chinesa (HARVARD'S GROWTH LAB, 2018). No mesmo ano, o total de investimento externo direto feito pela China foi de aproximadamente 1,5 bilhões de dólares (CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE, 2018). Além disso, desde os anos 1990 o Quênia apresenta uma vida política intensa, em um sistema pluripartidário, com eleições periódicas e alternâncias no poder (Anderson, 2003; Mueller, 2008; Cheeseman; Lynch; Willis, 2014).

Algo que nos chama a atenção, também, é a aproximação e relacionamento amistoso do país com os Estados Unidos e a União Europeia, protagonistas ocidentais na competição por influência na região (Fioramonti; Kimunguyi, 2011). Por fim, o Quênia exerce um papel de liderança no leste africano, sendo membro fundador da Comunidade do Leste Africano (EAC) e uma das maiores economias da região (Mabera, 2016). Estes fatores tornam o Quênia um país de extrema relevância para a compreensão da dinâmica de relações entre os países da região e o gigante asiático.

Nossa metodologia de pesquisa consistiu na coleta, organização e análise de sentimento dos textos dos discursos dos parlamentares da Assembleia Legislativa e do Senado quenianos. Escolhemos como recorte temporal um período de 10 anos, de 2007 a 2016, voltando a análise de sentimento para os discursos em que são mencionadas as palavras “China” ou “Chinesa”. Assim, será possível identificar se, durante o período analisado, houve polarização política em torno da China e, com isso, avaliar o sucesso da estratégia de projeção global chinesa e sua repercussão no mundo em desenvolvimento, especialmente na África Subsaariana.

Feitas as exposições iniciais, seguiremos agora para a revisão da literatura, em seguida serão descritos os dados e métodos utilizados e, por fim, os resultados obtidos e considerações finais.

A ESTRATÉGIA CHINESA NA ÁFRICA

Segundo Gao (1982), os registros dos primeiros contatos entre chineses e africanos datam de 100 a.C., mas foi durante a Dinastia Ming (1348-1644) que se estabeleceram fluxos mais importantes de trocas recíprocas de ideias e mercadorias – por meio das expedições de Zheng Ho na costa índica da África, entre os anos de 1405 a 1433, passando por regiões onde hoje se encontram a Somália e o Quênia. Esses 29 anos de intenso contato foram seguidos por décadas de distanciamento, consequência, segundo o autor, de mudanças na política doméstica chinesa e das invasões europeias

na África e na Ásia. Chineses e africanos voltaram a se cruzar no início do século XX, quando colonizadores europeus recrutaram aproximadamente 100.000 chineses para trabalhar nas minas da África do Sul, compartilhando a lida com africanos nativos.

Gao (1982) ainda analisa as relações sino-africanas durante a Guerra Fria, quando o país asiático passou a, de fato, traçar uma estratégia em relação ao continente africano. Em 1949, com a fundação da República Popular da China pelo Partido Comunista da China, Pequim voltou seu olhar para a África, buscando aliados dentre os países recém-independentes – o que seria uma possível solução para a conquista de legitimidade internacional. Nesse contexto foram lançados os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que seria o paradigma da cooperação internacional chinesa a partir de então. Esses princípios – que consistem em respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, não-agressão, não interferência em assuntos domésticos, igualdade e benefício mútuos – eram bastante apelativos no contexto pós-colonial, uma vez que iam na contramão das práticas imperialistas.

Os contatos oficiais entre Pequim e os países africanos foram estabelecidos na Conferência de Bandung, em 1955, quando o ministro das relações exteriores chinês, Zhou Enlai comprometeu-se com líderes de seis países africanos (Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão), sendo o Egito o primeiro país da região a estabelecer relações diplomáticas com Pequim. Segundo Yu (1965), a Conferência de Bandung foi uma oportunidade para a China criar um ambiente de união e empatia em relação aos novos países da África e da Ásia, anunciando seus princípios de cooperação internacional. Com essa política, Pequim foi gradualmente estabelecendo laços diplomáticos com as nações africanas, e, em 1976, já havia conquistado o reconhecimento de 39 países da região. A força das relações sino-africanas foi demonstrada em 1971, quando os países africanos tiveram um papel fundamental na deliberação para a admissão de Pequim como representante da China no Conselho de Segurança da ONU, conquistando o assento antes ocupado por Taipé.

De acordo com Yu (1988), a partir da década de 1970, com Deng Xiaoping como novo líder chinês, optou-se por priorizar as demandas domésticas, o crescimento econômico e modernização do país, ao mesmo tempo que se buscava cultivar as relações com as potências ocidentais, restabelecendo o diálogo com os Estados Unidos. Nesse contexto, a política externa chinesa em relação à África foi colocada em segundo plano, passando a centrar-se em iniciativas cujo investimento fosse baixo e o retorno fosse rápido e mutuamente benéfico – pressuposto que guiava os “Quatro Princípios de Cooperação Técnica e Econômica Sino-africanas”, anunciados em 1983 e que refletiam as novas prioridades chinesas e a limitação de recursos disponíveis. Alden e Alves (2008) destacam o Massacre

da Praça da Paz Celestial, em 1989, como um ponto de inflexão na política externa chinesa na época, uma vez que levou ao isolamento da China em relação ao Ocidente, fazendo com que houvesse uma reaproximação do país em relação ao mundo em desenvolvimento. De acordo com Taylor (2004), entre 1989 e 1992, o primeiro ministro chinês Qian Qichen visitou 14 países africanos e Pequim ampliou drasticamente a ajuda externa ao continente, passando de 13 Estados receptores em 1988 a 43 em 1990.

Ainda na década de 1990 tiveram início as discussões sobre a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), mecanismo multilateral que, a partir dos anos 2000, ganharia fundamental importância no planejamento das relações sino-africanas (Alden; Alves, 2008). Em 1999 foi lançada a campanha “*going global*” – incentivando, por exemplo, a internacionalização de empresas chinesas – que guiaria a estratégia de projeção internacional chinesa, alinhada à política de desenvolvimento denominada, em 2003, como “Ascensão pacífica”, alterada mais tarde para “desenvolvimento pacífico”.

Como elabora Kurlantzick (2007), em conjunto com essas estratégias, o governo chinês tem investido no seu “*soft power*” (poder brando), buscando forjar uma imagem positiva sobre o país, difundindo seus valores, história e cultura por meio, por exemplo, do cinema, de novelas televisivas e do estabelecimento de instituições de ensino da língua e cultura chinesas (Instituto Confúcio) ao redor do mundo. No contexto das relações sino-africanas, além dessas estratégias, Alden e Alves (2008) argumentam que a própria história da cooperação entre as duas regiões é utilizada como ferramenta de promoção de uma certa identificação e de reafirmação da cooperação entre os países africanos e a China. Segundo os autores, isso seria uma forma de garantir aos líderes africanos que, apesar da emergência da China como uma potência global, o país ainda compartilha os mesmos interesses e perspectivas dos países do mundo em desenvolvimento.

Nesse sentido, Corkin (2014), discorre sobre o papel da retórica nas relações sino-africanas, explorando as visões ocidental, chinesa e africana sobre o tema. Segundo a autora, o ocidente tende a perceber a China como uma ameaça ao *status quo*, tanto econômico quanto político. O gigante asiático, por sua vez, busca distinguir-se dos outros países com os quais a África estabelece relações – principalmente os ocidentais, cujo passado colonizador gera desconfiança - e faz isso por meio de ferramentas de *soft power* (poder brando). Por fim, os africanos tendem a defender a retórica chinesa de cooperação e desenvolvimento pacíficos, enxergando as relações com o país como uma oportunidade de crescimento alternativa à lógica ocidental. Por meio dessas estratégias a China foi

capaz de desenhar suas relações contemporâneas com a África, baseando-se principalmente nos vínculos econômicos, estabelecendo importantes fluxos de comércio e investimento com a maioria dos países da região, tornando-se o principal parceiro do continente.

Alguns autores buscaram se aprofundar no estudo da percepção dos africanos sobre a presença chinesa em seus países, realizando pesquisas empíricas sobre o tema. Sautman e Hairong (2009) analisaram as principais pesquisas de amostras aleatórias realizadas até então, organizadas pela Gallup e pelo Pew Research Center, entre os anos de 2006 e 2008. Estas pesquisas revelaram, no geral, uma visão mais positiva do que negativa em relação à China na maioria dos países africanos observados. Os autores ainda realizaram sua própria pesquisa, no meio universitário, incluindo 250 entrevistados em 9 países diferentes.

Sautman e Hairong (2012) argumentam que, apesar das limitações dessa pesquisa, entender a percepção dos estudantes de nível superior poderia fornecer pistas sobre a opinião das elites sobre a China. Os resultados obtidos, analisados à luz das pesquisas realizadas anteriormente, permitiram que os autores chegassem às seguintes conclusões: no geral, a impressão em relação à China tende a ser mais positiva do que negativa, refutando o que a mídia ocidental normalmente prega; as opiniões são mais complexas do que imaginamos, e fogem de uma visão binária sobre o tema; o fator que mais gerou variação de opiniões é o país de origem do respondente – outros fatores mostraram-se insignificantes. Com relação a esta última conclusão, Sautman e Hairong (2012) argumentam que, quando a elite política do país explora a questão da China como “moeda eleitoral”, pode-se perceber uma polarização em relação ao tema nas demais esferas da sociedade.

Hess e Aidoo (2013) analisam os casos da Zâmbia e de Gana, países onde é notável o ressentimento do meio empresarial e dos trabalhadores em relação à presença chinesa. Os autores apontam para o fato de que, na Zâmbia, esse sentimento foi instrumentalizado politicamente pela elite empresarial, representada pela figura de Michael Sata, que utilizou a questão da China como um alvo de forte cunho apelativo para unir a população em torno da sua campanha oposicionista, o que contribuiu para sua vitória nas eleições presidenciais de 2011. Em contrapartida, em Gana, apesar de ter havido episódios de reação contra a presença chinesa motivados, por exemplo, pelo declínio da indústria têxtil nacional, tal ressentimento não foi explorado politicamente pela oposição, como ocorreu na Zâmbia. Hess e Aidoo (2013) argumentam que, em países, como a Zâmbia, onde não existe uma clivagem e competitividade política tradicional, a definição de um alvo em comum – no caso, a China – pode canalizar demandas e superar diferenças étnico-culturais, facilitando uma campanha de

oposição populista anti-regime. Isso não é uma realidade em Gana, onde o sistema político é mais institucionalizado e onde as clivagens políticas são estáveis e representadas por dois principais partidos políticos bem estabelecidos. Os autores defendem, então, que países cujo sistema político apresenta características como o de Gana, têm menos chances de testemunhar a ascensão de líderes populistas da maneira como se deu a de Sata, na Zâmbia, baseada numa agenda política anti-chinesa.

Nesta seção foi possível entender as relações sino-africanas sob uma perspectiva histórica e quais são as atuais estratégias de projeção internacional chinesa e de cooperação com o mundo em desenvolvimento. Além disso, podemos verificar algumas das pesquisas de opinião realizadas no continente, descrevendo alguns dos argumentos de autores que estudam as relações sino-africanas sobre os sentimentos africanos em relação ao tema. Agora, a fim de dialogar com estes autores, partimos para o Quênia, nosso objeto de estudo, e analisaremos seu sistema político, sua política externa e relações com a China.

QUÊNIA: CENÁRIO POLÍTICO

Em 1964, o Quênia, antiga colônia britânica, tornou-se uma república independente, sob a liderança de Jomo Kenyatta, que permaneceu no poder de 1964 a 1978, quando faleceu. Seu sucessor, Daniel Arap Moi, estabeleceu um regime de características autoritárias. Em 1991, Moi se viu pressionado, interna e externamente, a realizar uma reabertura política, que resultou na transição de um sistema de partido único para um sistema pluripartidário com limite de mandatos presidenciais. O final de seu governo foi, então, marcado por manifestações pela liberdade de expressão, de imprensa e de associação (Mueller, 2008). O próprio Moi foi eleito, porém, em 1992 e reeleito em 1997 – em eleições marcadas pelo controle da mídia e acusações de manipulação dos votos – mas, devido à limitação de mandatos, foi impossibilitado de concorrer à reeleição em 2002 (Anderson, 2003).

Nas eleições de 2002, Moi apoiou o candidato Uhuru Kenyatta, filho de seu antecessor, pelo KANU (Kenya African National Union), contra Mwai Kibaki, representando o NARC (National Rainbow Coalition), aliança de partidos de oposição. O vencedor foi Kibaki, com significativa margem de diferença em relação ao rival. No parlamento, 64 dos 210 assentos foram ocupados pelo KANU, enquanto 125 se destinaram a membros da NARC. Anderson (2003) aponta para o fato de que as eleições de 2002 abalaram o padrão de divisão de votos por etnia e região, que vinha se caracterizando desde a década de 1980. O NARC conquistou assentos em todas as oito províncias, contando com a

maioria em regiões que tradicionalmente apoiavam Moi e o KANU, como Nairobi e a província Central. Apenas nas províncias North Eastern e Rift Valley o KANU permaneceu dominante.

A transição de poder foi feita de forma pacífica e Kibaki assumiu a presidência com o compromisso de formular uma nova constituição (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014). Em 2005, Kibaki anunciou a proposta, mas acabou sofrendo forte oposição por parte de seu até então aliado, Raila Odinga. Este acusava a nova constituição de não oferecer as reformas necessárias e não corresponder às demandas de descentralização dos poderes do presidente (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014). Odinga, então, liderou a campanha vitoriosa do “não” no referendo constitucional de 2005. O rompimento entre Kibaki e Odinga levou à criação de dois novos partidos, o PNU (Party of National Union), liderado por Kibaki, e o ODM (Orange Democratic Movement), liderado por Odinga. Assim, as duas figuras e seus respectivos partidos protagonizaram as eleições presidenciais de 2007, que culminaram na vitória de Kibaki por uma estreita margem de diferença. No parlamento, a maioria dos assentos foi ocupada pelo ODM e seus afiliados.

A vitória de Kibaki foi contestada pelo partido opositor, e gerou uma série de revoltas e episódios de violência, opondo diferentes etnias. Vale destacar que Kibaki e Odinga pertencem a grupos étnicos historicamente rivais – os Kikuyu e os Luo, respectivamente – e isso teve um peso nas eleições de 2007, já que os Luo e outros grupos minoritários, como os Kalenjin, não queriam que novamente um líder Kikuyu ganhasse as eleições (Cheeseman, 2008). O resultado das urnas, então, despertou essas rivalidades étnicas, opondo os Luos e Kalenjin contra os Kikuyu, na região do Rift Valley, levando a mais de 1000 mortes e deslocamentos forçados. Com a participação de mediadores internacionais, o conflito foi pacificado e os atores políticos chegaram a um acordo de compartilhamento de poder entre o PNU e ODM, com Kibaki como presidente e Odinga como primeiro ministro, em um governo de coalizão denominado “Governo da União Nacional” (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014). A União Nacional foi capaz, então, de redesenhar a nova constituição, aprovada por meio de um referendo em 2010.

No geral, a nova constituição teve como objetivo estabelecer instituições mais democráticas, diluir os poderes do presidente e garantir estabilidade e inclusão política (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014). Assim, o novo texto constitucional estabeleceu mudanças estruturais como, por exemplo, a adoção do sistema bicameral, dividindo o parlamento entre Assembleia Legislativa e Senado, e a substituição da divisão do país em oito províncias para uma divisão em 47 distritos, inseridos num sistema de

concessão estatutária de poderes por parte do governo central. Com isso, o país estava pronto para as novas eleições, em 2013.

Ao discorrer sobre os partidos que participaram das eleições de 2013, Cheeseman, Lynch e Willis (2014) observaram que uma característica notável do pluripartidarismo queniano é a efemeridade dos partidos políticos, criados por personalidades proeminentes com propósitos circunstanciais. Apesar da constituição de 2010 contar com mecanismos que buscam a superação dessa política, notou-se a mesma dinâmica na formação de partidos para as eleições de 2013. Segundo os autores, os partidos eram tão inconsistentes quanto os de 2007, cada um associado à figura de um político proeminente e, frequentemente, ligados a grupos étnicos específicos. Apesar disso, houve, desta vez, maior cuidado com o despertar de rivalidades étnicas, como ocorreu em 2007.

As eleições de 2013 foram protagonizadas, então, por Raila Odinga, representando o ODM, inserido na CORD (Coalition for Reforms and Democracy), e por Uhuru Kenyatta (TNA - The National Alliance). O último, da etnia Kikuyu, aliou-se a William Ruto (URP - United Republican Party), candidato à vice-presidência, principal político representante da etnia Kalenjin. Esta aliança recebeu o nome Jubilee Alliance e simbolizou a união de representantes de etnias cuja rivalidade histórica foi reacendida em 2007, o que seria um chamamento à paz. No entanto, a união dos dois políticos deveu-se, principalmente, por terem sido indiciados pela Corte Internacional de Justiça (ICC) por terem violado os Direitos Humanos ao incitarem violência entre os dois grupos étnicos após as eleições de 2007. Ruto, que durante o referendo constitucional de 2010 se posicionou como um político defensor do cristianismo evangélico, adotando posturas conservadoras em relação à diversidade religiosa e direitos da mulher, aliou-se a Kenyatta, em 2013, agora sob um discurso “anti-ICC” (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014). Com essa campanha, Kenyatta e Ruto saíram vitoriosos da eleição de 2013, com uma margem de sete pontos percentuais. No legislativo, a Jubilee Alliance conquistou a maioria nas duas casas: 58% dos assentos na Assembleia Nacional e 57% no Senado, enquanto a CORD conquistou 39% e 43%, respectivamente. É possível afirmar que a aliança entre Kenyatta e Ruto foi bem sucedida em conter as tensões entre os Kikuyu e os Kalenjins (Cheeseman; Lynch; Willis, 2014).

Em 2017, Uhuru Kenyatta se candidatou à reeleição, agora pelo Jubilee Party, partido que se originou da Jubilee Alliance. Raila Odinga candidatou-se novamente pelo ODM, inserido agora na coalizão de partidos de oposição NASA (National Super Alliance). Kenyatta venceu com 54% dos votos, e o resultado foi contestado por Odinga, acusando-o de fraude eleitoral. A suprema Corte do Quênia decidiu por anular o resultado das eleições e determinou novas eleições. Odinga, no entanto, desistiu

de sua candidatura, alegando que suas exigências para uma eleição transparente não foram atendidas e as novas eleições ocorreram apenas com Kenyatta como real candidato, e sua vitória foi então confirmada. Cheeseman, Lynch e Willis (2014) apontam que este episódio denunciou a fragilidade da democracia queniana e as falhas da constituição de 2010 em assegurar estabilidade política. Apesar disso, assim como nas eleições de 2013, não ocorreram respostas violentas ao resultado das urnas.

A partir do que foi exposto acima, é possível extrair algumas das características do cenário político do Quênia. Primeiro, é uma democracia recente, que deu os primeiros passos nos anos 1990 e apenas em 2010 conseguiu formular uma nova constituição. Em segundo lugar, os partidos políticos não possuem elevado grau de institucionalização, e estão ligados a grupos étnicos, regiões ou personalidades específicas, e mudam a cada eleição. Além disso, o país conta com uma diversidade étnica expressiva, fazendo-se necessária a política de coalizão. Apesar dos partidos e alianças mudarem, a disputa por poder concentrou-se nas mesmas figuras desde as eleições de 2002: Uhuru Kenyatta, Mwai Kibaki e Raila Odinga. As corridas eleitorais levaram a episódios de forte instabilidade política, questionamento das instituições e até mesmo violência. As diferenças ideológicas entre os partidos não foram discutidas pois, como destaca Mueller (2008), os partidos políticos do Quênia não são programáticos, suas ideologias e propostas são praticamente indistinguíveis e o que de fato pesa no jogo político é a diversidade étnica, como ficou claro em 2007.

Por fim, notamos que em nenhuma das campanhas eleitorais a questão da presença chinesa no país foi utilizada como “moeda eleitoral”. Sendo assim, descrito o cenário político-partidário queniano, analisaremos a seguir as relações entre a China e o Quênia nas últimas décadas.

RELAÇÕES SINO-QUENIANAS

Em 2002, com a eleição de Mwai Kibaki para presidente, a política externa do Quênia passou a direcionar seu olhar para o Leste, buscando fortalecer suas relações com a China (Mabera, 2016). No mesmo período a China buscou projetar-se globalmente, fortalecendo laços com o mundo em desenvolvimento em prol de uma cooperação pacífica (Kurlantzick, 2007). Com os dois países dispostos a cooperar, testemunhou-se uma exponencial escalada de relações comerciais bilaterais e de entrada de investimentos no Quênia. Kibaki manteve extensos diálogos com o líder chinês da época, Hu Jintao, resultando em um acordo de assistência ao desenvolvimento do Quênia, para infraestrutura e energia, e modernização da estatal queniana Kenya Broadcasting Corporation (Chege, 2008).

O país asiático também financiaria importantes projetos de infraestrutura de transporte como a construção de aeroportos e ferrovias. As relações amistosas com a China tiveram continuidade no governo de Kenyatta, que fechou, por exemplo, um acordo de construção da ferrovia Mombasa-Nairobi, de 470 km de extensão, que seria financiado pelo “*EXIM Bank*” (Banco de Exportação e Importação) chinês e executado pela “*China Road and Bridge Corporation*” (Corporação de estradas e pontes da China). O custo final desse projeto está estimado em aproximadamente US\$ 3,6 bilhões (Wambare, 2017). Em termos de comércio, a China é o país de origem da maioria dos produtos importados pelo Quênia, sendo predominantemente produtos de alta tecnologia como celulares e computadores. É interessante destacar, também, que 63% do valor das exportações quenianas para a China são referentes à venda de minerais, como titânio e nióbio (HARVARD’S GROWTH LAB, 2018). No que se refere aos investimentos, em 2017, o total de investimento externo direto feito pela China no Quênia foi de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares (CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE, 2018).

Parte desse valor foi direcionado para o setor de mídia e telecomunicações. Jiang, Li, Rønning e Tjønneland (2016) destacam a instalação, em 2012, de uma sede da CCTV (China Central Television – emissora estatal chinesa) em Nairóbi como um dos principais elementos da presença chinesa na África. Segundo os autores, além de transmitir notícias sobre a China e a Ásia, a emissora cobre de maneira bastante completa as notícias africanas e os debates contemporâneos. Jiang, Li, Rønning e Tjønneland (2016) reforçam o fato de a CCTV ser uma emissora estatal e, portanto, deve estar alinhada ao Partido Comunista Chinês, o que torna ainda mais evidente o uso da mídia como ferramenta de diplomacia pública por parte do governo. Além disso, passou a ser distribuído, também via Nairóbi, o *China Daily*, maior jornal nacional em inglês da China. Os autores consideram essas iniciativas como parte de um processo de construção de uma imagem positiva da China para os africanos, seguindo sempre a narrativa da amizade e cooperação, reforçada por um discurso anticolonialista e, muitas vezes, antiocidental.

Em relação à educação, o Quênia também foi o primeiro país da África a receber um Instituto Confúcio (IC), na Universidade de Nairóbi, em 2005. Hoje, é o segundo país do continente com maior quantidade de ICs, ficando atrás apenas da África do Sul. Essas instituições, ao mesmo tempo que capacitam estudantes a se comunicar em língua chinesa para, por exemplo, trabalhar nas empresas chinesas instaladas no país, também agem em conjunto com a Embaixada da China a fim de promover uma imagem positiva sobre a cultura e os valores do país asiático (Wheeler, 2013).

São poucas as pesquisas de opinião realizadas especificamente no Quênia a fim de entender a percepção da população em relação à China. A pesquisa em universidades africanas realizada por Sautman e Hairong (2012) incluiu o Quênia, e foi um dos países que apresentou percepções mais positivas em relação à presença chinesa. As pesquisas realizadas pelo Pew Research Center (2019) também revelam uma posição, entre os quenianos, favorável em relação à China desde 2006, primeiro ano que contém registros, ficando sempre dentre os países mais favoráveis ao gigante asiático. Fioramonti e Kimunguyi (2011) desenvolveram uma pesquisa – cujo método foi entrevistar ao vivo representantes da elite e pesquisas de opinião pública – a fim de investigar as diferenças entre a opinião da sociedade civil e da elite do Quênia em relação à China e à União Europeia entre os anos de 2007 e 2008. Os resultados mostram que, na época, os Estados Unidos tendiam a ser vistos, pela maioria dos membros da elite e da opinião pública, como o país com maior potencial de superar a importância da União Europeia no continente, seguido pela China com uma pequena margem de diferença.

Feitas as considerações sobre as relações sino-quenianas, partiremos agora para exposição dos dados e métodos da nossa pesquisa, que teve como objetivo entender o sentimento da elite política do Quênia em relação à China.

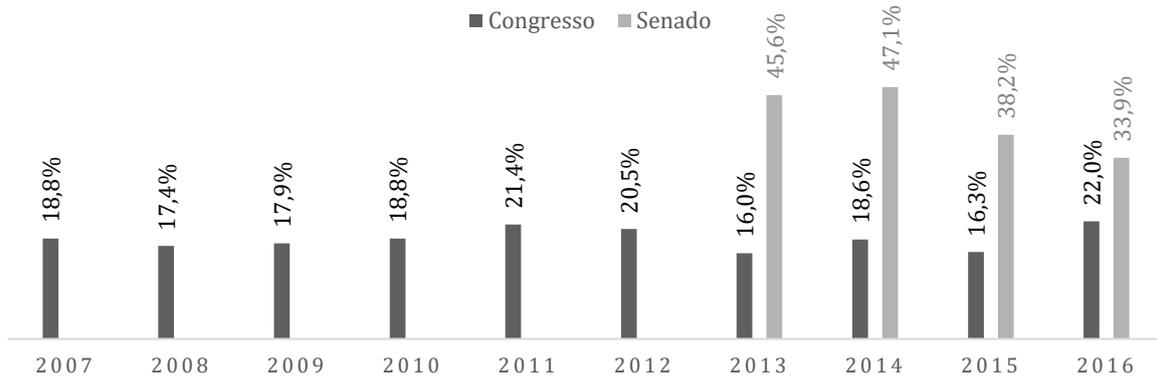
DADOS, MÉTODOS E RESULTADOS

Determinamos como recorte temporal o período de 2007 a 2016, cobrindo parte do governo Kibaki (PNU) e parte do governo Kenyatta (TNA). Com isso, iniciamos a coleta dos discursos dos parlamentares quenianos, tanto do Congresso Nacional quanto do Senado, disponíveis no site do Parlamento do Quênia. Foram coletados, manualmente, apenas os discursos que citavam a palavra “China” ou “*Chinese*” (chinês)². No total, construímos uma base com 1029 discursos de 313 legisladores diferentes. Utilizando ferramentas de estatística descritiva do Excel, chegamos aos seguintes resultados.

² Organizamos uma tabela no Excel com 12 colunas: (1) id_discurso, (2) id_legislador, (3) nome_legislador, (4) gênero, (5) partido, (6) província, (7) data_discurso, (8) ano_discurso, (9) id_ano, (10) casa, (11) texto. Na coluna “província”, dividimos entre “Central” (incluindo Nairobi), “Rift Valley”, “Nyanza”, “Eastern”, “North Eastern”, “Western”, “Coast” e “Nominated”. Na coluna “texto” foram inseridos os discursos coletados, na íntegra.

Gráfico 1

Parlamentares que citaram “China” e “Chinese” em relação ao total em cada casa



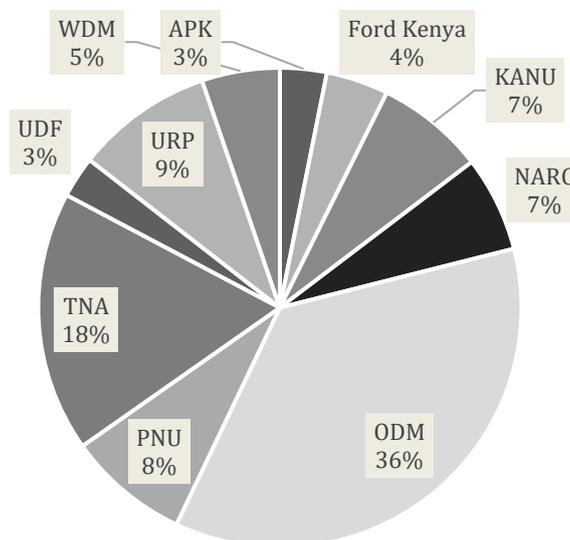
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 1 apresenta o número de parlamentares que citaram a palavra “China” ou “Chinese” em seus discursos em relação ao total de parlamentares no Congresso e do Senado, lembrando que o sistema bicameral foi adotado no Quênia a partir de 2013. De 2007 a 2012, o total dos parlamentares era 224 e, de 2013 a 2016, 350. Pode-se notar que a porcentagem se manteve estável na faixa entre 16% e 22%, apresentando maiores variações entre os anos de 2012 e 2013 (queda) e 2015 e 2016 (alta). Em relação ao Senado, que possui, no total, 68 legisladores, pode-se observar que a porcentagem varia numa faixa mais alta que do Congresso, entre 34% e 46%, apresentando um ligeiro aumento entre os anos de 2013 e 2014 e uma queda entre os anos de 2014 e 2016. Em regimes políticos presidenciais, com duas câmaras, é comum que a câmara alta, geralmente o Senado, tenha maior atuação em política externa quando comparada à câmara baixa. Em geral isso deve à maior prerrogativa constitucional do Senado em temas de política externa, o que poderia estar associada a maior proporção de discursos no Senado apresentado no gráfico 1.

O caso do presidencialismo norte-americano, por exemplo, refletiria essa situação. No Quênia, entretanto, apenas a Assembleia Nacional detém a prerrogativa de aprovar ou rejeitar os acordos internacionais negociados pelo executivo, ausentando o Senado da prerrogativa (KENYA LAW, 2018). Embora a relação seja oposta no Quênia em termos de atribuições constitucionais para a política externa, o Senado, diferentemente da assembleia nacional, tem a responsabilidade de representar cada um dos 47 de distritos do país, tendo esse aspecto destacado na constituição de 2010. Esse elemento pode incentivar os senadores a se interessarem mais por política externa, dado que acordos comerciais e cooperação internacional podem ter impactos diferenciados nos distritos do país,

sendo um possível fator influenciando a diferença observada no Gráfico1 entre Assembleia Nacional e Senado.

Gráfico 2
Distribuição de discursos por partido



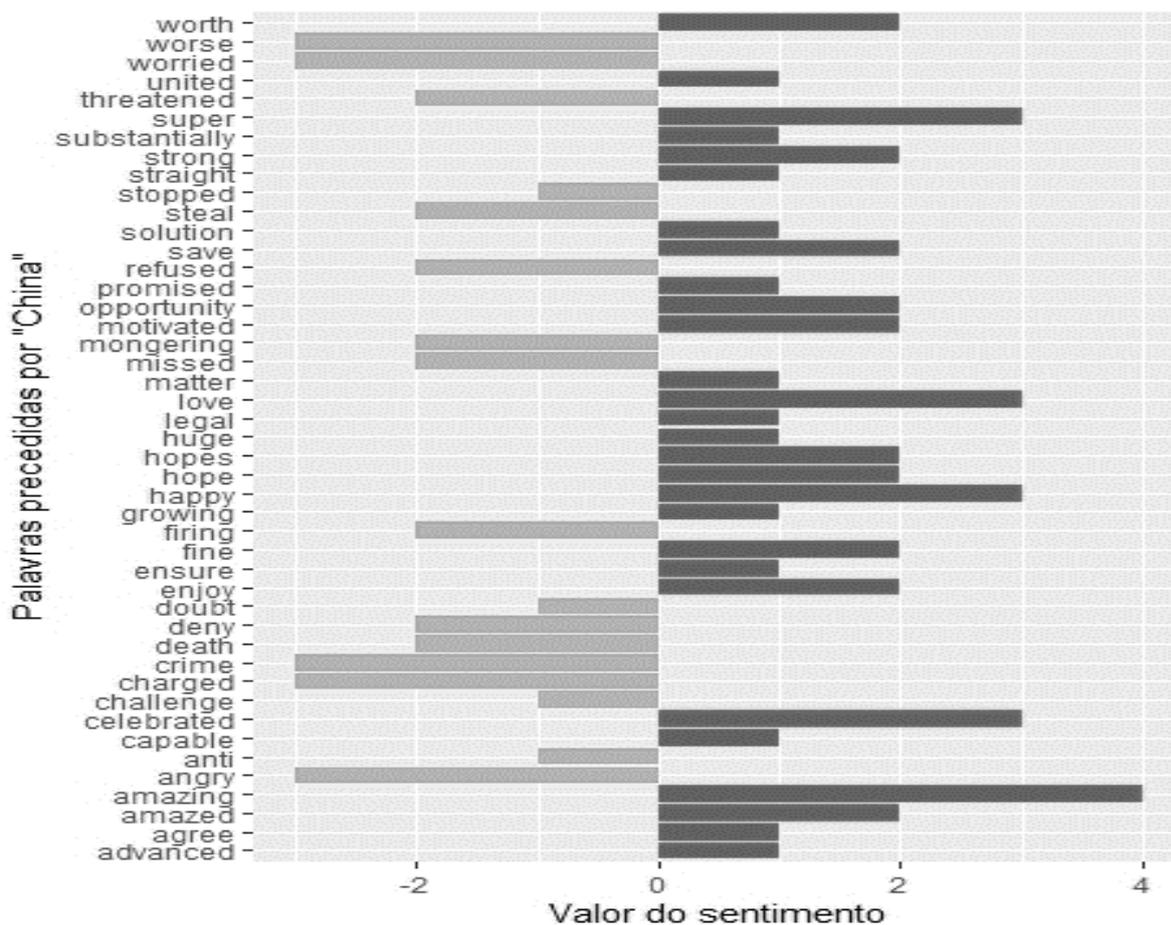
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 2 nos revela que os partidos que mais falaram sobre a China durante o período observado foram o ODM (36%) e o TNA (18%). A primeira eleição disputada pelo ODM foi em 2007 e desde então ele é o partido que conquistou mais assentos no Congresso, atuando como oposição. O TNA, por sua vez, disputou suas primeiras eleições em 2013 e foi o segundo partido com mais assentos, ficando atrás do ODM. Levando em consideração o período de 2013 a 2016, em que esses dois partidos atuaram como governo (TNA) e oposição (ODM), 48% dos parlamentares do primeiro citaram a China ou os chineses em seus discursos, e, dentre os do ODM, 52%. Os dados mostram paridade no interesse pela China nos discursos dos dois principais partidos quenianos.

Utilizando o RStudio e o pacote *wordcloud2* fizemos uma nuvem de palavras (abaixo) que exhibe as palavras mais frequentes nos discursos que citam a China e os chineses. É interessante observar, dentro da nuvem, palavras como “*money*” (dinheiro), “*development*” (desenvolvimento), “*opportunity*” (oportunidade), “*resources*” (recursos), “*information*” (informação), “*road*” (estrada) e “*business*” (negócios) – termos relacionados à economia, desenvolvimento, investimento e infraestrutura. São essas áreas, justamente, que integram o discurso e a prática de projeção internacional chinesa nas últimas décadas. A nuvem de palavras evidencia a elevada convergência

Gráfico 3

Sentimento palavras precedidas por “China”



Fonte: elaborado pela autora.

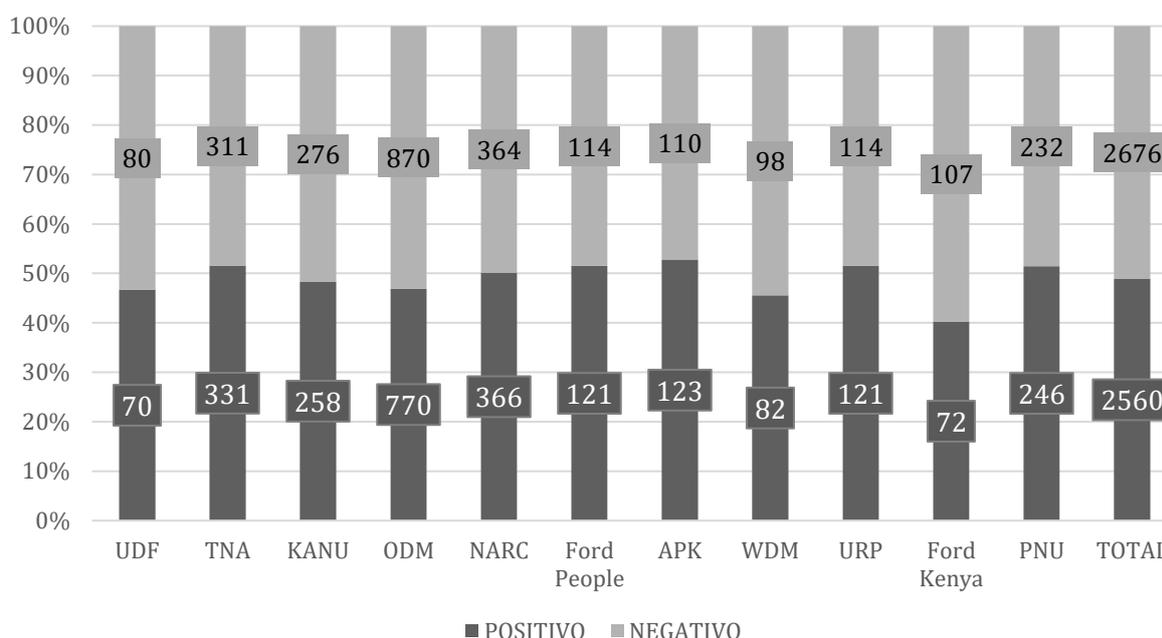
Observa-se que a maioria das palavras é classificada com um valor maior que zero, ou seja, são palavras cujo sentimento atribuído é positivo. Podemos dar destaque a algumas delas, como “*advanced*” (avançado), “*competitive*” (competitivo), “*ensure*” (assegurar), “*growing*” (crescendo), “*opportunity*” (oportunidade), “*solution*” (solução) e “*strong*” (forte). Quanto às palavras com valor negativo, destacamos “*worried*” (preocupado), “*threatened*” (ameaçado), “*worse*” (pior) e “*anti*” (anti). As palavras positivas se alinham às ideias que o governo chinês quer transmitir sobre seu país: uma oportunidade, um avanço, uma solução. As palavras negativas se associam à ideia de que a China é um país a ser temido, difundida por alguns veículos de comunicação e líderes ao redor do mundo (Corkin, 2014).

Utilizando o léxico *bing* construímos, por meio da linguagem R, uma matriz de dados indicando o sentimento das palavras contidas nos discursos coletados – positivo ou negativo. Exportamos essa

matriz de dados para o Excel e construímos um gráfico indicando o número de termos positivos e negativos e suas respectivas porcentagens em relação ao total de discursos por partido político. Vale destacar que selecionamos os partidos com maior número de cadeiras no parlamento queniano e que, entre 2007 e 2012, os dois principais partidos eram o PNU (governo) e o ODM (oposição) e, entre 2013 e 2016 eram o TNA (governo) e o ODM (oposição).

Gráfico 4

Distribuição de sentimento por partido (bing)

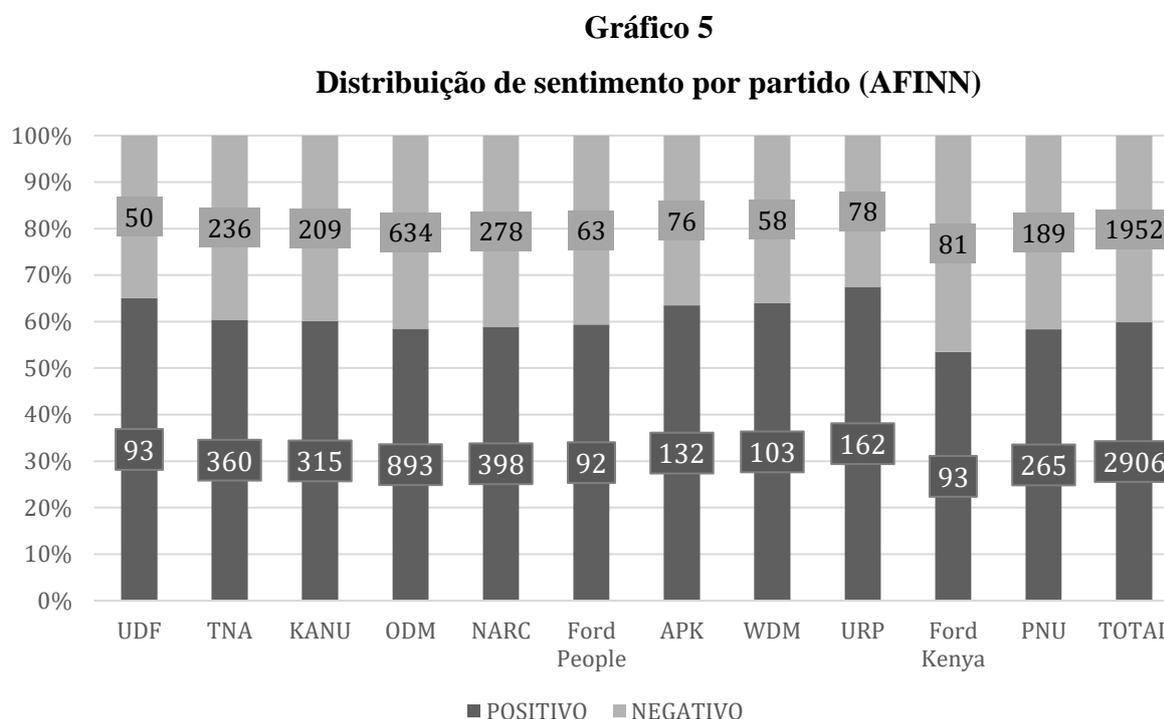


Fonte: elaborado pela autora.

É possível verificar, em todos os partidos analisados, um certo equilíbrio entre o número de palavras positivas e negativas, não havendo grandes variações. Ao compararmos o ODM, o PNU e o TNA, verificamos que, no primeiro – oposição desde 2007 – o número de palavras negativas ligeiramente excede o de positivas, enquanto nos outros dois partidos – governo – ocorre o contrário. É interessante destacar que o Ford Kenya, que se situa no mesmo espectro político que o PNU e o TNA, é o partido que apresenta a maior proporção de discursos negativos – 60 %. Esses resultados podem ser evidências de que, durante o período observado, a China não foi um motivo de polarização política e que a pequena diferença de percentual que existe entre cada partido pode estar ligada ao debate entre governo e oposição e não necessariamente a um sentimento “anti” ou “pró” China.

Utilizando o léxico AFINN, realizamos uma nova análise de sentimento dos partidos, construímos, em R, uma nova matriz de dados e exportamos para o Excel. Lembrando que este léxico atribui às

palavras pontuações de -5 a 5 dependendo do seu grau de positividade ou negatividade. Primeiro, para fins de comparação com o léxico *bing* utilizado no Gráfico 4, fizemos a contagem das palavras com valor maior de que zero (positivas) e das palavras com valor menor do que zero (negativas) observadas para cada partido.



Fonte: elaborado pela autora.

A partir do Gráfico 5 é possível verificar que o léxico AFINN identifica mais palavras positivas do que negativas nos discursos parlamentares, superando os 50% em todos os partidos. Apesar disso, podemos observar que algumas tendências se mantêm: o Ford Kenya ainda é o partido que apresenta a menor proporção de palavras positivas comparado aos outros partidos. Comparado ao TNA, o ODM apresenta maior porcentagem de termos negativos, assim como foi verificado no Gráfico 4. No entanto, podemos notar algumas diferenças: o URP e o UDF, ambos aliados ao TNA, de acordo com o léxico *bing* apresentam uma proporção bastante equilibrada entre termos positivos e negativos, mas quando analisados por meio do léxico AFINN são os que apresentam maior proporção de termos positivos, superando os 60%.

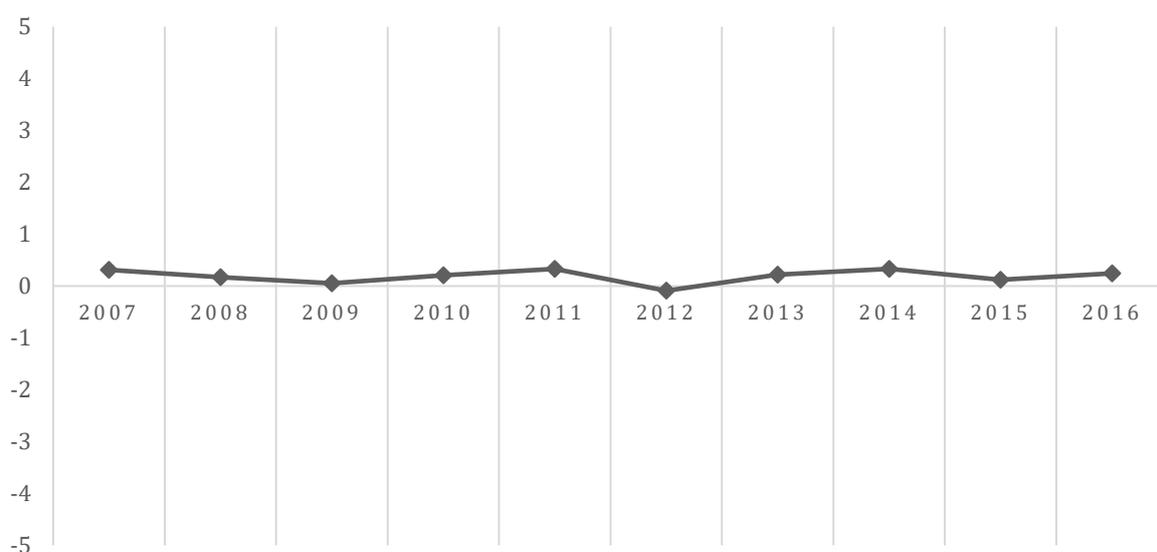
Essa diferença entre os léxicos se deve, em parte, ao fato de que cada dicionário dispõe de um conjunto de palavras diferentes e, por isso, quando relacionados aos textos analisados, apresentam níveis de compatibilidade distintos (Liske, 2018). No total, o *bing* reconheceu 5381 palavras,

enquanto o AFINN reconheceu 5061. Apesar disso, é possível identificar que os sentimentos em relação à China são equilibrados e tendem a ser mais positivos do que negativos.

Por fim, ainda com o léxico AFINN, calculamos a média de sentimento por ano, indicando a variação de sentimento ao longo do tempo. Como pode ser visto no gráfico 6, a média dos sentimentos ao longo do período analisado variou em torno da neutralidade, e, com exceção do ano de 2012, sempre se manteve um pouco acima de 0. Esse resultado revela que o equilíbrio entre sentimentos positivos e negativos, verificados nos gráficos anteriores, se manteve ao longo do tempo.

Gráfico 6

Varição do sentimento ao longo do período observado (2007-2016)



Fonte: elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos pesquisadores que estudam as dinâmicas das relações sino-africanas contemporâneas chamam a atenção para os seus impactos positivos para o desenvolvimento dos países do continente, indo na contramão das narrativas da mídia ocidental. Como Brautigam (2009) destaca, os investimentos chineses em infraestrutura são considerados uma marca dessa relação, já que barateiam os custos de produção de matéria prima, geram empregos para os africanos e possibilitam a capacitação de profissionais, transferindo conhecimento e tecnologia. Estes fatores objetivos, unidos aos fatores subjetivos conduzidos por estratégias de *soft power*, fazem com que a China tenha, no geral, uma boa

reputação no continente. As pesquisas de opinião demonstram isso. Na maioria dos países, Quênia incluído, o parceiro asiático tende a ser visto de maneira positiva.

Ao estudarmos o contexto político do Quênia observamos características interessantes. Desde a abertura política nos anos 1990 e a adoção do pluripartidarismo, o país passou por 6 eleições, sendo que cada uma delas foi protagonizada por partidos e alianças diferentes, mas representadas pelas mesmas figuras. Além disso, vimos que o Quênia conta com uma diversidade étnica significativa e que isso tem muito peso no processo eleitoral. Em 2010 foi aprovada uma nova constituição, cujo objetivo era assegurar a democracia e garantir estabilidade política. Se levarmos em consideração a análise feita por Hess e Aidoo (2014) dos cenários políticos da Zâmbia e de Gana, o do Quênia estaria mais próximo do primeiro, pela diversidade étnica, inconsistência dos partidos e das clivagens políticas. Por isso, se fossemos seguir o argumento desses autores, poderíamos esperar que a bandeira anti-China fosse levantada por algum dos atores políticos quenianos. Desse modo, surgiria uma polarização política em relação ao tema e isso se refletiria nas demais esferas da sociedade, como argumentam Sautman e Hairong (2009).

O que observamos, no entanto, é que em nenhuma das campanhas eleitorais ocorridas até agora no Quênia, a questão da China foi explorada como algo que causasse divergência de opiniões. A mesma tendência foi observada com a análise de sentimento dos discursos parlamentares entre 2007 e 2016, nos quais a percepção em relação à China é bastante equilibrada, tendendo a ser mais positiva do que negativa, com mínimas variações entre os partidos políticos – indicando que não há polarização política em relação ao tema. Além disso, nos discursos, a palavra “China” está associada frequentemente a expressões como “oportunidade”, “desenvolvimento”, “informação”, “recursos”, “dinheiro” e “infraestrutura” e a termos subjetivos como “avançado”, “solução” e “forte”. Essas ideias correspondem não só aos paradigmas de cooperação internacional chineses como também à imagem que o país busca transmitir para o mundo. Por conta da falta de dados desagregados sobre investimentos e comércio internacional no Quênia por distrito eleitoral, não foi possível realizar uma análise inferencial para capturar a diversidade territorial da presença chinesa no Quênia e os respectivos sentimentos legislativos por distrito eleitoral. Apesar disso, o caráter descritivo do presente artigo fornece importante sistematização de informações sobre a percepção legislativa da China, contribuindo empiricamente para o entendimento das relações sino-africanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, C.; ALVES, C. 2008. "History & Identity in the Construction of China's Africa Policy". *Review of African Political Economy*, v. 35, n. 115, pp. 43-58.
- ANDERSON, D. M. 2003. "Briefing: Kenya's elections 2002 - the dawning of a new era?". *African Affairs*, v. 102, n. 407, pp. 331-342.
- BRAUTIGAM, D. 2009. *The Dragon's Gift: the real story of china in Africa*. New York: Oxford University Press.
- CHINA AFRICA RESEARCH INITIATIVE. 2018. *Chinese Investment in Africa*. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/other-data>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- CHEESEMAN, N. 2008. "The Kenyan Elections of 2007: an introduction". *Journal of Eastern African Studies*, v. 2, n. 2, pp. 166-184.
- CHEESEMAN, N.; LYNCH, G.; WILLIS, J. 2014. "Democracy and its discontents: understanding Kenya's 2013 elections". *Journal of Eastern African Studies*, v. 8, n. 1, pp. 2-24.
- CHEGE, M. 2008. *Economic Relations between Kenya and China 1963-2007*. Washington, DC: CSIS.
- CORKIN, L. J. 2014. "China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing china-Africa relations". *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 57, pp. 49-72.
- FIORAMONTI, L.; KIMUNGUYI, P. 2011. "Public and Elite Views on Europe vs. China in Africa". *The International Spectator*, v. 46, n. 1, pp. 69-82.
- GAO, J. 1984. "China and Africa: the development of relations over many centuries. *African Affairs*", v. 83, n. 331, pp. 241-250.
- HESS, S.; AIDOO, R. 2013. "Charting the Roots of Anti-Chinese Populism in Africa: a comparison of Zambia and Ghana". *Journal of Asian and African Studies*, v. 49, n. 2, pp. 129-147.
- HARVARD'S GROWTH LAB. 2018. *The Atlas of Economy Complexity*. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- HU, M.; LIU, B. 2004. Mining and summarizing customer reviews. *Proceedings of the 2004 Acm Sigkdd International Conference on Knowledge Discovery and Data Mining*, pp. 168-177.
- JIANG, F.; LI, S.; RØNNING, H.; TJØNNELAND, E. 2016. "The voice of China in Africa: media, communication technologies and image-building". *Chinese Journal of Communication*, v. 9, n. 1, pp. 1-7.
- KENYA LAW (Quênia). 2012. *TREATY MAKING AND RATIFICATION*. Disponível em: <<http://kenyalaw.org:8181/exist/kenyalex/actview.xql?actid=No.%2045%20of%202012>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

- KURLANTZICK, J. 2007. *Charm offensive: How China's soft power is transforming the world*. New York: Yale University Press.
- LISKE, D. 2018. Tidy Sentiment Analysis in R. Disponível em: <<https://www.datacamp.com/community/tutorials/sentiment-analysis-R>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- MABERA, F. 2016. “Kenya's foreign policy in context (1963–2015)”. *South African Journal of International Affairs*, v. 23, n. 3, pp. 365-384.
- MONROE, B. L.; SCHRODT, P. A. 2008. “Introduction to the Special Issue: the statistical analysis of political text”. *Political Analysis*, v. 16, n. 4, pp. 351-355.
- MONSON, J.; RUPP, S. 2013. “Introduction: Africa and China”. *African Studies Review*, v. 56, n. 1, pp. 21-44.
- MUELLER, S. D. 2008. “The Political Economy of Kenya's Crisis”. *Journal of Eastern African Studies*, v. 2, n. 2, pp. 185-210.
- NIELSEN, F. 2011. A new ANEW: Evaluation of a word list for sentiment analysis in microblogs. Paper apresentado no Proceedings of the ESWC2011 Workshop on 'Making Sense of Microposts': Big things come in small packages, n. 718, pp. 93-98.
- PEW RESEARCH CENTER. 2019. Global Indicators Database. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/database/indicator/24/>>. Acesso em: 26 out. 2020.
- SAUTMAN, B.; HAIRONG, Y. 2009. “African Perspectives on China–Africa Links”. *The China Quarterly*, v. 199, pp. 728-759.
- SILGE, J.; ROBINSON, D. *Text Mining with R: a tidy approach*. A Tidy Approach. Disponível em: <<https://www.tidytextmining.com/index.html>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- STRAUSS, J. C. 2013. “China and Africa Rebooted: globalization(s), simplification(s), and cross-cutting dynamics in “south-south” relations”. *African Studies Review*, v. 56, n. 1, pp. 155-170.
- TAYLOR, I. 2004. “The All-Weather Friend: Sino-African interaction in the 21st century”. In: TAYLOR, I.; WILLIAM, P. *Africa in International Politics: external involvement on the continent*. London: Routledge, 2004, pp. 71-90.
- WAMBARE, J. 2017. Railway deepens China's Africa links. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-40092600>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- WHEELER, A. 2013. “Cultural Diplomacy, Language Planning, and the Case of the University of Nairobi Confucius Institute”. *Journal of Asian and African Studies*, v. 49, n. 1, pp. 49-63.
- YU, G. T. 1988. “Africa in Chinese Foreign Policy”. *Asian Survey*, v. 28, n. 8, pp. 849-862.